

**AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026**  
**CREDENCIAMENTO Nº 001/2026**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA A  
EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS A MANUTENÇÃO D  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE DA REDE MUNICIPAL ESCOLAR DE PATIS-MG**

- Os grupos formais ou informais, bem como os fornecedores individuais (C  
DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF) interessados em concorrer à contr  
Municipal, poderão apresentar a Documentação e o Projeto de Venda a partir d  
**30/04/2026**, de segunda a sexta-feira (de 07:00h às 12:00h) no Setor de Licitação –  
de Patis-MG. A documentação poderá ser enviada também via e-mail (documenta  
[licitacao@patis.mg.gov.br](mailto:licitacao@patis.mg.gov.br).
- **A análise final da Documentação e dos Projetos de Vendas ocorrerá no dia 06/**  
**reuniões do Setor de Licitação – Anexo da Prefeitura Municipal de Patis-MG.**
- Os interessados poderão retirar cópia deste Edital completo no Setor de Licitação  
07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas), de segunda a sexta-feira, na Av. Dr. Ge  
Patis-MG, telefones: (38) 3239-8120, ou ainda no Portal da Prefeitura no endereço e  
mail [licitacao@patis.mg.gov.br](mailto:licitacao@patis.mg.gov.br) / Caso os interessados necessitem do edital impresso  
Patis-MG, será cobrado a importância de R\$10,00 (dez reais), referente a cópia rep  
podirão ser feitos presencialmente, ou através do telefone ou e-mail supracitados.

## CHAMAMENTO PÚBLICO – AGRICULTURA FAMILIAR

**Processo Administrativo nº 014/2026**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026**  
**Edital de Credenciamento nº 001/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATIS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica CNPJ sob nº 01.612.478/0001-35, neste ato representada pela Secretária Municipal Rodrigues Cordeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, tendo como objetivo a aquisição de **ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE PATIS-MG**, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e, conforme especificações do ANEXO I, deste edital, em cumprimento do Decreto Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nº 968/2024, 885/2023 e 900/2023.

Os interessados (grupos formais, informais e individuais) deverão apresentar o envelope de habilitação e o Projeto de Venda **a partir do dia 09/04/2026 até o dia 30/04/2026, das 07:00h às 12:00h) no Setor de Licitação – Anexo da Prefeitura Municipal de Patís**, sendo a documentação enviada também via e-mail (documentação digitalizada) no endereço [licitacao@patis.mg.gov.br](mailto:licitacao@patis.mg.gov.br). A seleção e julgamento dos mesmos serão realizados no dia **06/05/2026** a partir das 08:00h.

A abertura dos envelopes da documentação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos nº 968/2024, 885/2023 e 900/2023, e mediante as condições do edital.

O processo de inexigibilidade de licitação, com o Edital e seus anexos, poderá ser consultado por qualquer interessado, junto ao Setor de Licitação, situado na Av. Dr. Geraldo Ataíde, nº 100, (sete horas) às 13:00h (treze horas), de segunda a sexta-feira. Os interessados na inscrição poderão fazer isso gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.patis.mg.gov.br/licitacoes/editais>.

### 1. DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

1.1. É objeto do presente Edital a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE DA REDE MUNICIPAL ESCOLAR DE PATIS-MG, de acordo com as especificações do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e, conforme especificações no ANEXO I.

Item	Descrição	
	ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO	

0002	ABÓBORA DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO, COMPACTO E FIRME, APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCO, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DA TERRA ADERENTE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE ALTEREM SUA CONFORMAÇÃO E SUA APARÊNCIA, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES	qui
0003	ACEROLA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS. DEVE APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTA A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO CONTER SUBSTANCIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAR ISENTAS DE UMIDADE EXTREMA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS. KG.	qui
0004	ALFACE DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCO, ISENTO DE UMIDADE EXTRA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS, LIVRE DE RESÍDUOS FERTILIZANTES, LIVRE DE MAIOR PARTE POSSÍVEL DA TERRA ADERENTE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE ALTEREM SUA CONFORMAÇÃO E SUA APARÊNCIA, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	mo
0005	ALHO DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO, COMPACTO E FIRME, APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCO, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DE TERRA ADERENTE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE ALTEREM SUA CONFORMAÇÃO E SUA APARÊNCIA, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES. KG.	qui
0006	BANANA PRATA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS. AS FRUTAS PODERÃO APRESENTAR LIGEIRAS MANCHAS NA CASCA, DESDE QUE NÃO PREJUDIQUEM A SUA APARÊNCIA GERAL. DEVE APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO CONTER SUBSTANCIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAR ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAR LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. KG.	qui
0007	BATATA DOCE: DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO, COMPACTO E FIRME, APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCO, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR , SABOR ESTRANHO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DA TERRA ADERENTE. NÃO DEVE APRESENTAR RACHADURAS OU CORTES NA CASCA; A POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E LIMPA. KG.	qui
	BEIJÚ DE TABOACA: TIPO MOLHADO, CONVENCIONAL OU ECOLÓGICO EM	

0012	BOLO DE CENOURA: ASSADO AO PONTO, FORMATO RETANGULAR EMBALADOS COM FILME PLÁSTICO. 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS).	qui
0013	BOLO DE FUBÁ: ASSADO AO PONTO, FORMATO RETANGULAR EMBALADOS COM FILME PLÁSTICO. 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS).	qui
0014	BOLO DE MANDIOCA: ASSADO AO PONTO, FORMATO RETANGULAR EMBALADOS COM FILME PLÁSTICO. 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS).	qui
0015	BOLO DE MILHO: PRODUTO OBTIDO A BASE DE MILHO IN NATURA, COM OVOS, AÇÚCAR, LEITE E COCO SECO. UNIDADE DE 1 KG. COM PRAZO DE VALIDADE DE 03 DIAS.	qui
0016	BOLO DE TRIGO: ASSADO AO PONTO, FORMATO RETANGULAR EMBALADOS COM FILME PLÁSTICO. 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS).	qui
0017	BOLO SABOR CHOCOLATE: ASSADO AO PONTO, FORMATO RETANGULAR EMBALADOS COM FILME PLÁSTICO. 90% DO PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS).	qui
0018	BOLO SABOR LARANJA: ASSADO AO PONTO, FORMATO RETANGULAR EMBALADOS COM FILME PLÁSTICO. 90% DO PRODUTO DEVEM ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS INTACTAS (NÃO QUEBRADOS).	qui
0019	CAJU QUALIDADE DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	qui
0020	CEBOLA BRANCA: DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO, COMPACTO E FIRME, APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCO, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DA TERRA ADERENTE. NÃO SERÃO PERMITIDOS	qui
0021	CEBOLA E COENTRO VERDE: DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCO, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES LIVRE DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DA TERRA ADERENTE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE ALTEREM SUA CONFORMAÇÃO E SUA APARÊNCIA. MOLHO.	mo
0022	CEBOLA ROXA: DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO, COMPACTO E FIRME, APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCO, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS, LIVRE DE RESÍDUOS DE	qui



0025	CORANTE EM PO: DEVE CONTER MATÉRIA PRIMA DE BOA QUALIDADE E APRESENTAR ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO. APRESENTAR INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	qui
0026	COUVE: DE PRIMEIRA QUALIDADE APRESENTANDO COLORAÇÃO UNIFORME, TÍPICA DA VARIEDADE. DEVE ESTAR FRESCA, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DA TERRA ADERENTE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE ALTEREM SUA CONFORMAÇÃO E SUA APARÊNCIA, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	mo
0027	DOCE CIDRÃO: (LARANJA/MAMÃO) EM TABLETE: ACONDICIONADO EM PORÇÕES INDIVIDUAIS, EM PAPEL CELOFANE, TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE. UNIDADE C/ PESO APROXIMADO DE 40G.	uni
0028	FARINHA DE MANDIOCA: FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITA. NÃO PODERÃO ESTAR ÚMIDAS, FERMENTADAS OU RANÇOSAS. PROCESSADO NO PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS ANTERIORES A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	qui
0029	FEIJÃO TIPO 1 DE PRIMEIRA QUALIDADE EXTRA, CONSTITUÍDO DE NO MÍNIMO 95% DE GRÃOS NA COR CARACTERÍSTICA E VARIEDADE CORRESPONDENTE DE TAMANHO E FORMATO NATURAIS, MADUROS, LIMPOS E SECOS. O PRODUTO NÃO PODERÁ APRESENTAR MAIS QUE 15% DE UMIDADE E 0,5% DE SUBSTÂNCIAS NÃO COMESTÍVEIS.	qui
0030	GOIABA VERMELHA: PRIMEIRA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM POLPAS FIRMES E INTACTAS, TAMANHAS E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS, ISENTAS DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO, UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ISENTA DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ORIUNDO DE MANUSEIO E TRANSPORTE DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO.	qui
0031	LARANJA DE PRIMEIRA QUALIDADE SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS. AS FRUTAS PODERÃO APRESENTAR LIGEIRAS MANCHAS NA CASCA, DESDE QUE NÃO PREJUDIQUEM A SUA APARÊNCIA GERAL. DEVE APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAR ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAR LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES	qui
0032	LIMÃO TAITI DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS. AS FRUTAS PODERÃO APRESENTAR LIGEIRAS MANCHAS NA CASCA, DESDE QUE NÃO PREJUDIQUEM A SUA APARÊNCIA GERAL. DEVE APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O	qui

	LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	
0035	MANGA, QUALIDADE DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO QUE NÃO APRESENTAR BOAS CONDIÇÕES PARA USO SERÁ RECUSADO NO ATO DA ENTREGA.	qui
0036	MARACUJÁ AZEDO: DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÕES UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDOS E MADUROS, COM POLPAS INTACTAS E FIRMES, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. KG	qui
0037	MAXIXE VERDE: APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO SEM COR AMARELA DO TAMANHO UNIFORME SABORES PRÓPRIOS, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM A CASCA UNIFORME, SEM MANCHAS E FERIMENTOS OU DEFEITOS. KG	qui
0038	MEL - 100% MEL DE ABELHA, CONSISTENCIA LÍQUIDA VISCOSA, COLORAÇÃO AMARELADA A CASTANHA ESCURA, COM CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSIÇÃO NORMAL, SENDO PROIBIDA ADIÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES E ESSÂNCIAS DE QUALQUER NATUREZA. REGISTRO DE INSPENÇÃO DO SIF, IMA OU SIM. EMBALAGEM PRIMÁRIA: BISNAGA DE PLÁSTICO COM TAMPAS, PESANDO ENTRE 200G E 300G, CONTENDO AS INFORMAÇÕES DE DATA DA FABRICAÇÃO E/OU VALIDADE E LOTE DE FORMA INDELÉVEL , ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS APRESENTADAS NAS DESCRIÇÕES.	bis
0039	MEL - 100% MEL DE ABELHA, CONSISTENCIA LÍQUIDA VISCOSA, COLORAÇÃO AMARELADA A CASTANHA ESCURA, COM CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSIÇÃO NORMAL, SENDO PROIBIDA ADIÇÃO DE CORANTES, AROMATIZANTES E ESSÂNCIAS DE QUALQUER NATUREZA. REGISTRO DE INSPENÇÃO DO SIF, IMA OU SIM. EMBALAGEM SANCHÊ 10G	sac
0040	MELANCIA. Descrição: de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	qui
0041	MILHO VERDE: APRESENTAÇÃO EM ESPIGA IN NATURA. TAMANHO MÉDIO A GRANDE COM COLORAÇÃO DOS GRÃOS AMARELA FORTE. APLICAÇÃO: ALIMENTAR. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ÍNTEGRO, COM GRÃOS INTEIROS, SEM PODRIDÃO E SEM FUNGOS. CHEIRO CARACTERÍSTICO DO PRODUTO, BEM DESENVOLVIDO, COM GRAU DE MATURIDADE ADEQUADO, ISENTA DE INSETOS OU PARASITAS, BEM COMO DE DANOS POR ESTES PROVOCADOS. FORNECIDO EM EMBALAGENS LIMPAS, SECAS, DE MATERIAL QUE NÃO PROVOQUE ALTERAÇÕES EXTERNAS OU INTERNAS NOS PRODUTOS UNID	uni

	CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAR ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAR LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	
0046	QUIABO: LISO DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, SEM DANO FÍSICO OU MECÂNICO ORIUNDO DO TRANSPORTE (RACHADURAS E CORTES). KG	qui
0047	RAPADURA ACONDICIONADA EM PORÇÕES INDIVIDUAIS, EM PAPEL CELOFANE, TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADO. PESO APROXIMADO DE 50G..	uni
0048	REPOLHO DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDOS E MADUROS. DEVE APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAR ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAR LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	qui
0049	ROSCA CASEIRA DOCE EM TRANÇA: FABRICADOS A PARTIR DE INGREDIENTES SÃOS E LIMPOS, EM LOCAL DEVIDAMENTE HIGIENIZADO E ORGANIZADO. DEVEM SER MACIAS E LEVES. SERÃO REJEITADAS AQUELAS MAL ASSADAS OU QUEIMADAS.COM EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PLÁSTICO ATÓXICO. PESO PADRÃO DE 120 A 150 GRAMAS (UNIDADE).	uni
0050	TAMARINDO: DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS. DEVE APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO, NÃO CONTER SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ESTAR ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS, ESTAR LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	qui
0051	TANGERINA POKAN QUALIDADE DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	qui
0052	TEMPERO CONCENTRADO DE INGREDIENTES BÁSICOS: SAL, ALHO, CEBOLA, ÓLEO VEGETAL, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1KG.	qui
0053	TOMATE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM	qui



0055	UMBU FRUTO DE COLORAÇÃO VERDE A AMARELADA, FORMATO ARREDONDADO, POLPA SUCULENTA E SABOR LEVEMENTE ÁCIDO E ADOCICADO. DEVE SER ENTREGUE ÍNTEGRO, FIRME, MADURO, LIVRE DE RACHADURAS, MANCHAS, BROCAS, PODRIDÃO, SUJIDADES OU QUALQUER SINAL DE DETERIORAÇÃO. O UMBU DEVERÁ APRESENTAR AROMA NATURAL, TEXTURA UNIFORME E CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DA ESPÉCIE. O PRODUTO DEVE SER FORNECIDO FRESCO, COLHIDO RECENTEMENTE, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO AO CONSUMO E SEM RESÍDUOS DE DEFENSIVOS.	qui
0056	OVOS DEVEM SER FRESCOS, ÍNTEGROS E LIMPOS, SEM RACHADURAS, SUJIDADES OU SINAIS DE CONTAMINAÇÃO. OS OVOS DEVERÃO APRESENTAR CASCA FIRME E LIMPA, TAMANHO PADRONIZADO (PEQUENO, MÉDIO OU GRANDE), GEMA CONSISTENTE E CLARA TRANSPARENTE. DEVEM SER ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS APROPRIADAS, HIGIENIZADAS, RESISTENTES E COM CAPACIDADE DE PROTEGER O PRODUTO DURANTE O TRANSPORTE, PRESERVANDO A QUALIDADE E INTEGRIDADE.	dúz

1.2. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca i fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no ó objeto quando convocados.

1.3. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

1.4. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na in Chamada Pública e seus anexos deverá ser enviado,por meio do endereço eletr um dia antes da data fixada para audiência de análise da documentação de ha venda,fixada para o dia **06/05/2025, as 08:00 horas.**

1.5.Importante: o preço por alimento/item no projeto de venda deve ser o mesr consta inserido o custo com os insumos. As quantidades de cada alimento/ite deverão ser apenas aquelas de produção própria de cada agricultor familiar.

## 2.DA METODOLOGIA DE PREÇO DO PNAE

2.1.Conforme estabelece a ResoluçãoCD/FNDE vigente, foi calculada a média fornecedores locais.Essa média consta neste Edital e deverá ser reprodu venda,contratos e notasfiscais.

2.2. A média de preço definida por esse órgão neste Edital de compras item/alimento ao fornecedor da agricultura familiar pela comercialização dos alin

2.3.Na pesquisa de preços realizada,não foram considerados osvalores governamentais, conforme determina o Resolução CD/FNDE vigente.

2.4.EsteEdital prevê a aquisição de alimentos:



VMC=NAFcom CAF Pessoa Física x valor individual de comercialização,até (quarenta mil reais).

VMC:valor máximo a ser contratado de grupos formais e EFR.

NAF: número de associados/cooperados, com CAF Pessoa Física, inscrito produção própria de cada alimento, integrantes do projeto de venda.

3.3.Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EE do atendimento ao limite individual de venda, nos casos de comercialização com

3.4.Cabe às EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite comercialização com os grupos informais e agricultores(as) individuais. A este limite total de venda das cooperativas e associações, nos casos de comercializa

#### **4.FONTE DE RECURSO**

4.1.O recurso financeiro a ser utilizado, nesse processo de compra pública repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE.

4.2.A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos alimentos, s compra do PNAE.

#### **5.DOS FORNECEDORES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE**

5.1.Os fornecedores nesse processo de compra pública deverão ser aqueles que

I- nos requisitos estabelecidos nos incisos I, II,III e IV,nos §§1º e 2º do art. 3º c 2006, seus Decretos e Portarias regulamentadoras;

- os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA;
- os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário-Terra Brasil;e
- as demais UFPA, os empreendedores familiares rurais e as demais formas agricultura familiar que explorem imóvel agrário em área urbana.

5.2.Os fornecedores da agricultura familiar poderão comercializar sua produção formais, grupos informais, como Empreendedores Familiares Rurais e como forn

5.3.Não poderá participar, direta ou indiretamente, do Edital de Chamada Pública agente público de órgão ou entidade contratante, devendo ser observadasas conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego disciplina a matéria. Essa vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou rep assessoria técnica, conforme legislação vigente.

#### **6.PARA O PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DOS FORNECEDORES**

6.1.Para o procedimento de habilitação em chamada pública para o PNAE o obrigatoriamente os seguintes documentos:

**6.1.2.Os grupos informais de agricultores familiares, detentores de CAF grupo (dois ou mais agricultores):**

- a) prova de inscrição no CPF;
- b) extrato do CAF Pessoa Física de cada agricultor(a) familiar participante, emitido nos últimos 12 meses;
- c) projeto de venda com assinatura de todos os agricultores participantes (Anexo III);
- d) documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários (Alvará Sanitário) para o alimento a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 42, da Resolução CD/FNDE 04/2026; e
- e) declaração de que os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria ou de terceiros, com a assinatura do representante legal (Anexo II).
- f) Declaração de limite de CAF (Anexo IV).
- g) Declaração de não impedimento em participação do Credenciamento (Anexo V).

**6.1.3. DOS GRUPOS FORMAIS, DETENTORES DE CAF PESSOA JURÍDICA:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
- b) extrato do CAF Pessoa Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 12 meses;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e de Serviço - FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada;
- e) projeto de venda assinado pelo seu representante legal (Anexo I);
- f) declaração de que os alimentos a serem entregues são produzidos pelos associados ou por terceiros, com a assinatura do representante legal;
- g) relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, com a assinatura do representante legal;
- h) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle de qualidade dos alimentos produzidos e vendidos, com a assinatura do representante legal;
- i) documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários (Alvará Sanitário) para o alimento a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 42, da Resolução CD/FNDE 04/2026.
- j) Declaração de limite de CAF (Anexo IV).
- k) Declaração de não impedimento em participação do Credenciamento (Anexo V).

**6.1.4.DO EMPREENDIMENTO FAMILIARES RURAIS-EFR**

04/2026.

j) Declaração de limite de CAF (Anexo IV).

k) Declaração de não impedimento em participação do Credenciamento (Anexo V)

6.2. Na audiência de habilitação e seleção dos alimentos da agricultura familiar, em caso de desconformidade de qualquer desses documentos, poderá ser concedido abertura de até 02 (dois) dias, conforme análise da comissão julgadora.

## **7. PARA O PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO**

7.1. Após a fase de habilitação, procederá à seleção dos projetos de venda obrigatoriamente, duas etapas sucessivas e hierarquizadas.

7.2. Na primeira etapa, os alimentos constantes dos projetos de venda serão classificados com base no critério de localidade, observada a seguinte ordem de

- a) grupo de projetos de fornecedores locais;
- b) grupo de projetos de fornecedores da região geográfica imediata;
- c) grupo de projetos de fornecedores da região geográfica intermediária;
- d) grupo de projetos de fornecedores do estado; e
- e) grupo de projetos de fornecedores do País

7.3. Os fornecedores de que trata o item 7.2 poderão ser enquadrados como:

- a) fornecedor individual local: aquele cujo município indicado no CAF Pessoa Física seja o mesmo da EEx;
- b) grupo informal local: aquele cuja maioria simples dos agricultores familiares seja do município da EEx;
- c) grupo formal local: aquele cuja maioria simples dos cooperados ou associados seja do município da EEx; e
- d) cooperativa central local: aquela cuja maioria simples dos agricultores familiares associados possua CAF Pessoa Física no município da EEx.

7.4. Caso não obtenha, no grupo de projetos de fornecedores locais, as quantidades necessárias de determinado alimento, deverá proceder à seleção dos projetos de venda classificados nos grupos subsequentes, na ordem de prioridade estabelecida no item 7.2.

7.5. Após a classificação dos projetos de venda com base no critério de localidade, o projeto enquadrado no mesmo nível de localidade e a necessidade de seleção de cada etapa do processo de seleção.

7.6. Na segunda etapa, serão aplicados de forma sucessiva e excludentes, os critérios para seleção dos projetos de venda:

- a) projetos que contemplem agricultores familiares assentados da reforma agrária, quilombolas, demais povos e comunidades tradicionais e grupos formais informais.



menos um dos públicos prioritários previstos no referido inciso; e

c) admite-se a composição mista entre os públicos prioritários, sendo vedado o atendimento de familiar pertencente a mais de um desses públicos.

7.8. Os critérios previstos no item 7.6 serão aplicados de forma sucessiva e a seguinte subsequente apenas na hipótese de empate no critério imediatamente anterior.

7.9. Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios, será realizado sorteio entre as partes, poderá ser adotada a divisão do fornecimento.

7.10. Caso os fornecedores classificados em determinado nível de prioridade não possam atender integralmente às quantidades demandadas no Edital de Chamada Pública, o processo seguirá para o procedimento de contratação.

## **8.DAS AMOSTRAS DOS ALIMENTOS**

8.1. Os alimentos in natura, sem nenhum tipo de processamento e que não necessitam de registro sanitário. Os alimentos que sofrem algum tipo de processamento estão dispostos na legislação de alimentos, estabelecida pelos serviços de inspeção de Vigilância Sanitária - Anvisa (Ministério da Saúde), ou seus postos (Vigilâncias Sanitárias municipais), responsável pela avaliação sanitária no comércio varejista de alimentos e demais alimentos processados. Informações no link de acesso: <https://www.gov.br/assuntos/snvs/inclusao-produtiva>.

8.2. O disposto na legislação do Ministério da Agricultura e Pecuária, responsável por alimentos de origem animal, inclusive ovos e mel, e que necessitam de registro sanitário. Informações no link de acesso: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/defesa-agropecuaria>.

8.3. Sobre a agroindústria familiar observar as orientações da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Soberania Alimentar - Seab, das Superintendências Federais do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Informações no link de acesso: <https://www.gov.br/br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem>.

8.4. Fica dispensada a apresentação das amostras dos alimentos que passaram por inspeção sanitária.

## **9.ENTREGA DOS ALIMENTOS**

9.1. Os alimentos a serem entregues ao contratante devem ser os definidos no Edital, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que:

a) os alimentos substitutos constem na mesma chamada pública, com realização de licitação ao edital de compras;

b) sejam correlatos nutricionalmente;

c) a substituição deve ser atestada pelo Responsável Técnico do PNAE, com assinatura e rubrica no CAE;

d) Com a substituição realizada, o parecer do nutricionista e a justificativa do fornecedor.

9.6. A entrega deverá ser atestada por meio da assinatura do termo de recebimento assinado em duas vias, pelo(a) fornecedor(a) (ou seu representante) e pelo(a) representante da Prefeitura Municipal de Patís, ficando cada um com uma cópia. Esse termo deve registrar todos os alimentos, quantidades e valores, pois comprova que os alimentos entregues são exatamente aqueles objetos do contrato.

9.7. As quantidades de cada alimento deverão ser conferidas por meio de pesagem, e os valores deverão ser registrados no termo de recebimento, os quais deverão corresponder ao peso apresentado, não havendo diferença inferior ou superior a 500 gramas.

9.8. Os alimentos que, após a inspeção, estiverem em desacordo com as especificações sanitárias estabelecidas pela legislação vigente da Anvisa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão ser substituídos pelo(a) contratante. Esta deverá registrar, no termo de recebimento, os alimentos em desacordo e informar sua substituição em até 24 horas, sem ônus para si, sob pena de aplicação das sanções legais. Após esse prazo, a contratante não será obrigada a receber a reposição dos alimentos.

9.8.1. Se o prazo estabelecido for insuficiente para o atendimento, deverá ser substituído pelo(a) fornecedor(a), que poderá ser acolhida ou não. Não havendo a reposição, a contratante não receberá por esses itens.

9.9. Se houver entrega de alimentos orgânicos, esta deverá obedecer ao disposto no Regulamento de Registro de Produtos de origem animal e vegetal orgânicos, aprovado pelo Conselho Nacional de Registro de Matérias-Primas e Alimentos de Origem Animal e Vegetal Orgânicos, em 2003, e Pecuária.

9.10. Os contratos pactuados entre o ente público e os(as) fornecedores(as) deverão obedecer às cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, as disposições dos contratos e as disposições de direito privado, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024.

9.11. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo de contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Patís.

9.12. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos de referência legais entre as partes.

9.13. A Administração convocará regularmente o proponente vencedor para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 02 (dois) dias úteis, sob pena de contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024.

9.14. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresente relevância para a contratação.

9.15. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contratação, retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocando o próximo classificado, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo proponente.

9.16. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital de contratação, ficarão os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

9.17. Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado.

9.18. O prazo de vigência da contratação terá início na data de assinatura do contrato e

anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apó agricultura familiar e que deram suporte a classificação da Chamada Pública.

9.22. Os fornecedores da agricultura familiar vencedores do certame devem sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o cumprimento do contrato.

9.23. É vedada a subcontratação do objeto desse Edital de Chamada Pública, deve ser própria de cada fornecedor da agricultura familiar inserido no projeto de

## **10. PAGAMENTO DOS(AS) FORNECEDORES(AS) DO PNAE**

10.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a última entrega do bancária do(a) contratado(a), conforme informado no projeto de venda, mediante a correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento. Os documentos fiscais de que trata este artigo devem ser emitidos em nome da FNDE e do PNAE.

10.2. Fica vedado o atraso no pagamento dos(as) contratados(as), uma vez que o realizado pelo FNDE é mensal, salvo atraso deste órgão federal.

10.3. Fica vedada a solicitação de documentação aos contratados como condição para a liberação do pagamento, uma vez que, toda documentação já fora apresentada no processo fiscal junto a EEx, uma vez que, toda documentação já fora apresentada no processo

10.4. Nos casos em que o agricultor familiar, o empreendedor familiar rural estiverem aptos a receber pagamento por meio de cartão magnético, será pelo meio de transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme art. 49, § 5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, (ou aquela que venha a substituí-la).

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou terceiros resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública, será de exclusiva responsabilidade da contratada.

11.2. São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais ajuizadas, relacionadas ao presente Edital e à execução do contrato.

11.3. **Todo procedimento de compra da agricultura familiar para o PNAE, desde que não seja realizado pela Procuradoria Federal do FNDE, conforme o art. 29 ao 39 da Resolução nº 17/2019, e os modelos do anexo V ao VIII (ou aqueles que o substituírem), sendo assim, a contratação, a utilização de minuta de edital, pesquisa de preço, projeto de contrato, previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico, conforme o § 5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

11.4. É facultado à comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Chamada Pública, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



11.10. Anexos do Edital:

Anexo I - Modelo de Projeto de Venda.

Anexo II - Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de produção própria.

Anexo IV - Modelo de Declaração de limite de CAF.

Anexo V – Modelo de Declaração de não impedimento em participação do Credor.

Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Patis-MG, 07 de abril de 2026.

---

Maria Ilma Rodrigues Cordeiro  
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATIS  
Estado de Minas Gerais  
CNPJ: 01.612.478/0001-35

---

---

**ANEXO I**

---

---

**PROJETO DE VENDA**

**CHAMAMENTO PÚBLICO – AGRICULTURA FAMILIAR**

**Processo Administrativo nº 014/2026**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026**  
**Edital de Credenciamento nº 001/2026**

**\*OS DOCUMENTOS DESTE ANEXO ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS EM UM**  
**ARQUIVO APARTADO NO FORMATO WORD.**

## CHAMAMENTO PÚBLICO – AGRICULTURA FAMILIAR

**Processo Administrativo nº 014/2026  
Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026  
Edital de Credenciamento nº 001/2026**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
PATIS-MG E \_\_\_\_\_  
INDICADOS.

De um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATIS-MG**, inscrita sob o CNPJ nº 06.978.278/0001-00, Rua Sebastião Rocha, nº 997, Centro, nesta cidade de Patis-MG, CEP 39.378-000 representada pelo Sr. Prefeito Municipal Sr. Elivaldo Versiani de Souza, brasileiro, CPF nº 178.825.596-87, RG nº M-2.112.485 SSP/MG, residente e domiciliado na município de Patis-MG, CEP 39.378-000, aqui denominado simplesmente de ....., inscrito no CNPJ/CPF sob o nº ....., ....., nº ..... – Bairro ..... na cidade de ..... representada pelo(a) Sr.(a) ....., inscrito(a) no CPF sob o nº ..... residente na Rua/Ave....., nº ....., Bairro ..... aqui denominado(a) de **CONTRATADA(O)**. Acordam proceder ao processo epígrafado, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, em suas condições a seguir estabelecidas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1.O objeto do presente contrato de fornecimento é a aquisição de alimentos para alimentação escolar, para estudantes da rede de educação básica, repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, nas condições estabelecidas no Edital nº 001/2023, anexo, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, conforme planilha abaixo:

Item	Unid.	Qtde	Descrição das Mercadorias
--	--	--	--
--	--	--	--



e) Ata de adjudicação da seleção e ato de publicação do resultado em

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO E PAGAMENTO**

2.1. Para viabilizar a execução do objeto desse contrato será utilizada a modalidade de pagamento repassada pelo FNDE, no âmbito do PNAE, sendo:

<b>FICHAS</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>FO</b>
0913	08.01.02.12.365.0038.2061.3.3.90.30.00	
0914	08.01.02.12.365.0038.2061.3.3.90.30.00	
0915	08.01.02.12.365.0038.2061.3.3.90.30.00	
0916	08.01.02.12.365.0038.2061.3.3.90.30.00	
0976	08.01.03.12.361.0038.2064.3.3.90.30.00	
0977	08.01.03.12.361.0038.2064.3.3.90.30.00	
0978	08.01.03.12.361.0038.2064.3.3.90.30.00	

2.2. Pelo fornecimento dos alimentos, conforme planilha descrita na Cláusula Primeira, o contratado(a) receberá o valor total de R\$.....(.....).

2.3. Nos casos em que o(a) agricultor (a)familiar, o(a) empresário(a) ou as organizações ainda não estiverem aptos a receber pagamento por meio de cartão de crédito e/ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, com o nº do FNDE nº 6/2020, (ou aquela que venha a substituí-la).

2.4. O(a) contratante, após o recebimento do Termo de Recebimento e Quitação, iniciará o processo para instrução e liquidação, efetuará o pagamento no valor correto e anterior, em nome do(a) contratado(a).

2.5. Não haverá atrasos no pagamento dos(as) fornecedores(as) da agricultura familiar, pois os repasses do FNDE ocorrem mensalmente, e os(as) agricultores(as) dependem da produção.

2.6. Não será efetuado qualquer pagamento ao(à) contratado(a) antes da liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com o contratado(a).

2.7. O(a) contratante que não seguir a forma de liberação de pagamento ao(a) contratado(a) fornecedor, deverá pagar multa de 2% (dois por cento), mais juros sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os pagamentos do FNDE em tempo hábil.

2.8. No ato do pagamento não deverá ser solicitada comprovação da manutenção da habilitação quanto à situação de regularidade fiscal e demais documentação exigida no epígrafe.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - LIMITE MÁXIMO DE COMERCIALIZAÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR - CAF POR UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO**

VMC=NAF com CAF Pessoa Física x valor individual de comércio  
R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

VMC: valor máximo a ser contratado de grupos formais e EFR.

NAF: número de associados/cooperados, com CAF Pessoa Física,  
com produção própria de cada alimento, integrantes do projeto de venda.

3.3. Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos  
controle do atendimento ao limite individual de venda, nos casos de comercialização.

3.4. Cabe às EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento  
casos de comercialização com os grupos informais e agricultores(as) individuais  
controle do limite total de venda das cooperativas e associações, nos casos  
formais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

4.1.O prazo de vigência da contratação terá início na data de assinatura  
31/12/2026, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado,  
aditivo,quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as  
culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.3.No momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve  
créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando o  
financeiro.

4.4.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – ENTREGA DOS ALIMENTOS**

5.1.Os alimentos serão entregues conforme cronograma da Co  
mediante apresentação do Termo de Recebimento e das notas fiscais de venda  
alimentação no local de entrega.

5.2. As notas fiscais apresentadas deverão ser emitidas em  
PNAE(município/estado).

5.3.Os custos com fretes, cargas e descargas dos alimentos ad  
dos(as) contratados(as).

5.4. No ato da entrega, os alimentos deverão estar embalados c  
estabelecidas no edital, respeitando também as quantidades estabelecidas para

5.5. Os alimentos serão inspecionados no ato da entrega e aqu  
especificações serão devolvidos e deverão ser repostos no prazo de 24 horas.

5.6.A troca de alimentos que apresentarem qualquer tipo de probl  
mesmos, quando dentro do prazo de validade, deverá ser realizada pelos(as)

5.12. Os materiais utilizados nas embalagens devem estar em conformidade com as recomendações de saúde e higiene e devem ser capazes de proteger os alimentos.

5.13. O quantitativo de alimentos de cada entrega poderá ser alterado, desde que houver mudança no calendário escolar ou por motivo de força maior, conforme acordado no contrato(a).

5.14. Para entrega de alimentos orgânicos, deve-se cumprir o disposto no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2003, de registro de matérias primas e alimentos de origem animal e vegetal orgânicos e Pecuária.

5.15. Para entrega de alimentos de origem animal, deve-se possuir o Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal.

## **CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO(a) CONTRATADO(A)**

6.1. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

6.2. Comunicar o(a) contratado(a) todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao Contrato.

6.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo(a) contratado(a).

6.4. Emitir, no prazo de um mês para tomada de decisão, admitida a prorrogação motivada por requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de má-fé, a execução do contrato.

6.5. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de visitas, em casos previstos em lei e na forma deste contrato, visando proteger o interesse público.

6.6. Autorizar os pagamentos de faturas, solucionar problemas executivos e todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução do objeto do contrato.

6.7. Efetuar pagamento ao(à) contratado(a) de acordo com a forma e o prazo estabelecidos no Contrato.

6.8. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação, incluindo a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no contrato.

6.9. Designar e apresentar ao(a) contratado(a) o responsável pela execução do contrato.

6.10. O(a) contratante deverá manter em seus arquivos, em boa guarda, por um prazo de cinco anos, a partir da conclusão da análise da respectiva prestação de contas, a prestação de contas anual do FNDE/MEC, pelo TCU, os documentos referentes à prestação de contas com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com recursos do PNAE, sob o cargo das respectivas unidades escolares. Esses documentos deverão ser encaminhados ao TCU, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e ao



contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência às normas de segurança, quando da execução do objeto do contrato.

7.7. Comunicar por escrito, ao fiscal designado pelo(a) contratante, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada durante a execução contratual, quando necessários.

7.8. Cumprir a legislação sanitária expedidas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

7.9. Guardar pelo prazo de cinco anos, cópias das notas fiscais de venda, contrato e demais documentos afins, estando à disposição para, se necessário, serem apresentadas.

7.10. Orientar, se necessário, a equipe do(a) contratante quanto à correta utilização dos produtos.

7.11. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou falhas na execução ou de materiais nela empregados.

7.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente ao contratante em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade pelo acompanhamento pelo contratante.

7.13. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da execução do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

8.1. A EEx do PNAE quando comprar alimentos de grupos informais (produtores rurais pessoas físicas), ficam obrigadas a reter e recolher a contribuição previdenciária da Pessoa Física na qualidade de sub-rogada da obrigação, por força do art. 30, inciso I, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e do art. 159, incisos IV e V, da Instrução Normativa RFB nº 2.131, de 22 de novembro de 2017. Os valores devidos pelo(a) agricultor(a) familiar individual e grupo informal devem ser recolhidos pelo EFD-REINF, Capítulo III, item 2.6, Evento R-2055, art. 159 da Instrução Normativa RFB nº 2.131, de 22 de novembro de 2017.

8.2. A EEx quando comprar alimentos de grupos formais da agricultura familiar, a retenção e pelo recolhimento é das cooperativas ou associações, por força do art. 30, inciso I, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, visto que estes adquirem de produtores rurais de pessoas físicas.

## **CLÁUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O acompanhamento e fiscalização será exercido pelo fiscal designado pelo contratante para responder ao(à) contratante e ao(à) contratado, ao Conselho de Alimentação Escolar e ao Ministério Público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO**

10.1. A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada de acordo com a legislação pertinente.

e) ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e  
contrato nas hipóteses de:

e.1) risco à prestação de serviços essenciais.

e.2) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas com  
após extinção do contrato.

11.2.As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos  
prévia concordância do(a) contratado(a).

11.3.Na hipótese prevista na alínea "a" do item 11.1, deste documento,  
do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo  
legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução.

12.2.É proibido ao(à) contratante retardar imotivadamente a execução  
cronograma da Contratante, inclusive na hipótese de posse do respectivo  
novo titular no órgão ou entidade contratante.

12.3.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão  
execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotado  
simples apostila.

## **CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL**

Não será exigida garantia contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÃO DO CONTRATO E**

14.1.O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes  
I-unilateralmente pelo(a) contratante:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações,  
seus objetivos; e
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência  
quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021.

II-por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou  
modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade  
originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento

transfiguraro objeto da contratação.

14.4.Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente contratado(a), o(a) contratante deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, inicial.

14.5.A extinção do contrato não configurará óbice para o m econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, d

14.6. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para me após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de qu ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre

14.7.Os registros que não caracterizam alteração do contrato po apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações

a)variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à re próprio contrato;

b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorre previstas no contrato;

c)alterações na razão ou na denominação social do contratado; e

d)empenho de dotações orçamentárias.

14.8.O prazo para resposta ao(à) contatado(a) sobre o pedido econômico-financeiro será de dias.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REAJUSTE**

15.1.Independentemente do prazo de vigência desse contrato, co à data do orçamento, o reajustamento de preço seguirá:

a) O Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC),calculado pelo IB

b) O Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, divulgado me Vargas-FGV e calculado com base em outras três taxas: Índice de Preços por Consumidor Amplo - IPCA e Índice Nacional do Custo da Construção - INCC, co orçamento.

c) O prazo para resposta ao(à) contratado(a) quanto ao pedido de reajus úteis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EXTINÇÃO E NULIDADE DO CONTRA**

16.1.Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá se do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descri

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de Chamamento ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido antes da data de abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será dada em caráter oficial no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da impugnação.

17.3. Dos atos do(a) contratante cabem recurso conforme disciplinado no art. 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.4. O(a) contratante ou o(a) contratado(a) será responsabilizado(a) por danos materiais e morais descritos no art. 155, com as respectivas sanções descritas no art. 156 ao art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1. Esse contrato será executado respeitando os critérios de sustentabilidade ambiental, com a menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos, menor produção de resíduos tóxicos, maior vida útil, com possibilidade de reutilização ou reciclagem, e geração de energia limpa.

18.2. Compete ao(à) contratante e ao(à) contratado(a), no que couber, promover a sustentabilidade ambiental, conforme art. 144 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.3. O(a) contratado(a) se responsabiliza administrativamente, civil e criminalmente, por danos causados pela produção e entrega dos alimentos ao meio ambiente, podendo ser responsabilizado ao(à) contratante, pelos eventuais prejuízos causados ao interesse público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

19.1. Poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de conflitos, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas, o arbitramento, relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, questões relacionadas a obrigações econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais, ao cálculo de indenizações.

19.2. A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da primazia da via administrativa.

19.3. Os contratos poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

19.4. O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e a condução das disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

20.1. Na execução desse contrato serão observados os princípios da administração pública: da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade e da



## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

É competente o Foro da Seção Judiciária de Montes Claros-MG, para execução deste Termo de Contrato, que não possam ser resolvidos pela conciliação ou resolução de controvérsias.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam as partes em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

Patis-MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Patis-MG  
Elivaldo Versiani de Souza  
Prefeito Municipal / Contratante

.....  
Contratada

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF: .....

\_\_\_\_\_  
Testemunha  
CPF: .....

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé – que em atendimento as disposições contidas nas alterações, na Lei Municipal nº 106/2002, o extrato de Contrato nº \_\_\_\_\_  
Quadros de Avisos desta Prefeitura e do Setor de Licitação na data de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

---

---

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA**

---

---

**CHAMAMENTO PÚBLICO – AGRICULTURA FAMILIAR**

**Processo Administrativo nº 014/2026**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026**  
**Edital de Credenciamento nº 001/2026**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) nº \_\_\_\_\_, na qualidade de Agricultor(a) Familiar, DECLARO, para todos os fins que os gêneros do Projeto de Venda a serem entregues são oriundos de produção própria.

Local e data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do interessado

---

---

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE LIMITE DE CAF**

---

---

**CHAMAMENTO PÚBLICO – AGRICULTURA FAMILIAR**

**Processo Administrativo nº 014/2026**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026**  
**Edital de Credenciamento nº 001/2026**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_

CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) nº \_\_\_\_\_

---

---

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO EM PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

---

---

**CHAMAMENTO PÚBLICO – AGRICULTURA FAMILIAR**

**Processo Administrativo nº 014/2026**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026**  
**Edital de Credenciamento nº 001/2026**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, CAF \_\_\_\_\_ (Cadastro Nacional da \_\_\_\_\_), na qualidade de Agricultor(a) Familiar, não estou impedido de participar de credenciamento em virtude do artigo 10, §1º do Edital, que diz:

“Art. 10. Os interessados deverão apresentar requerimento de participação com credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços.  
§1º É vedada a participação no processo de credenciamento de pessoa física ou jurídica que:  
I - esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal; ou  
II - mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de natureza similar com a entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, de qualquer afinidade, até o primeiro grau.”

Local e data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome, identificação e assinatura do interessado

---

---

**ANEXO VI**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA**

---

---

**CHAMAMENTO PÚBLICO – AGRICULTURA FAMILIAR**

**Processo Administrativo nº 014/2026**  
**Inexigibilidade de Licitação nº 006/2026**  
**Edital de Credenciamento nº 001/2026**

**\*OS DOCUMENTOS DESTE ANEXO ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS EM UM**  
**ARQUIVO APARTADO NO FORMATO PDF.**